SP pretende

O Estado de São Paulo ainda precisa negociar teto adicional de endividamento de Cr\$ 1 trilhão com o governo federal para poder honrar os seus compromissos financeiros deste ano, afirmou ontem o secretário da Fazenda paulista, João Sayad,

após discutir o problema da rolagem da dívida estadual com o diretor da área bancária do Banco Central, José Luís Silveira Miranda. A exemplo

do encontro de segunda-feira com o ministro do Planejamento, Delfim Netto, o contato com Silveira Miranda não foi animador, segundo Sayad.

"O esforço para rolagem da divi-da é no sentido de não causar problema ao setor privado. A rolagem não gera recursos, mas não pode consumir a receita tributária do Estado. O objetivo é muito simples e modesto:

deixar a coisa em ordem. A situação dos credores e do Estado está desorganizada; com dívidas em atraso,

não se pode falar em planejamento. O Estado não reivindica recursos lí-

quidos para novos investimentos. Apenas quer manter a pontualidade mínima e São Paulo não tem sequer condições de cumprir esse objetivo lesto", disse. Sayad observou ainda que os Estados perdem receita anual de mais de Cr\$ 2 trilhões com a isenção do

ICM nas exportações de manufaturados, defendendo a submenda do PMDB à emenda Figueiredo para que a União faça o ressarcimento

dessas perdas.

RECURSOS EXTERNOS O governo de São Paulo poderá

concluir negociações para captar recursos externos no montante de US\$ 105,9 milhões com aval do Tesouro Nacional, sem a necessidade de oferecer ao governo federal a contrapartida, exigida desde março, em fiança

bancária ou crédito das cotas de Fundos de Participação. Portaria interministerial assinada pelos ministros da Fazenda, Ernane Galvêas, e do Planejamento, Del-fim Netto, concede esse mesmo bene-

fício a operações de crédito externas específicas dos Estados do Rio Grande do Sul, no montante de US\$ 65 milhões; Mato Grosso, US\$ 42,2 mi-lhões; Paraíba, US\$ 10 milhões; e

lhões; Paraíba, US\$ Pará, US\$ 60 milhões.